

DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA EM ACERVOS PESSOAIS: POLÍTICA, FOTOGRAFIAS E MEMÓRIAS DO EX-GOVERNADOR MAX FREITAS MAURO (BRASIL/ES)

André Malverdes¹
Andre.malverdes@ufes.br
Amarildo Mendes Lemos²
amarildo.lemos@ifes.edu.br

Resumo

Max Freitas Mauro nasceu em Vila Velha (ES), no dia 11 de março de 1937, filho de Saturnino Rangel Mauro e Maria da Penha Freitas Mauro. Seu pai foi sindicalista e fundador do Partido Trabalhista Brasileiro no Espírito Santo, em 1947, e seu primeiro presidente regional, tendo sido eleito, naquele ano, deputado estadual constituinte. Em 1986, Max Mauro ganhou a convenção do Partido do Movimento Democrático Brasileiro para concorrer ao governo do estado do Espírito Santo e foi eleito iniciando o mandato em fevereiro de 1987. Em 1990, com recursos próprios, o ex-governador Max Mauro deu início a organização de seu acervo pessoal composto aproximadamente de 80 metros lineares de documentos de caráter privado de sua trajetória e de seu pai Saturnino Rangel Mauro. No ano de 2019, com recursos do Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo, o acervo recebeu tratamento visando a adequação a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), digitalização e disponibilização do acervo digital pelo site do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). O acervo fotográfico foi organizado e dividido em 1.248 dossiês com um total de 9.151 fotografias do Fundo Max Freitas Mauro e 95 imagens do Fundo Saturnino Rangel Mauro. O objetivo desse artigo é relatar a experiência e os desafios metodológicos do projeto “Memórias Fotográficas: Tratamento e Digitalização do Acervo Fotográfico do ex-governador Max Mauro”, desenvolvido no ano de 2019 com seus resultados e análises arquivísticas. A metodologia aplicada à realização deste trabalho seguiu a literatura especializada no campo da Arquivologia no que diz respeito ao documento fotográfico, arquivo pessoal, descrição arquivística e documento de arquivo. A execução das atividades do projeto seguiram as recomendações e as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão central do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), considerando que o APEES faz parte do mesmo e que recebeu o acervo digital do projeto para compor seu acervo. Como resultados finais temos a identificação, higienização e descrição do acervo, com sua posterior digitalização e a elaboração de um instrumento de pesquisa que pretende ser uma referência a outras instituições custodiadoras de acervos fotográficos que apresentem contextos similares. O tratamento arquivístico, a digitalização e a disponibilização do acervo constituiu um meio de ampliar o alcance do debate, reflexão e pesquisa sobre a realidade capixaba, com foco fundamental na identidade local, do ponto de vista da sua história política contemporânea, a partir da perspectiva de um fundo arquivístico privado, originado da atuação pública de duas personalidades políticas, no caso o ex-governador Max Freitas Mauro e de seu pai Saturnino Rangel Mauro. Os arquivos pessoais em alguns casos possuem informações fundamentais para a recuperação da memória ou para o desenvolvimento da pesquisa histórica, científica ou tecnológica do país. Conhecer e identificar essa importante fonte documental pode resultar, na maioria das vezes, numa atividade complexa e de difícil desenvolvimento. Porém, identificar e proporcionar a difusão dos principais arquivos fotográficos, em nível local e nacional, propiciará, a médio e longo prazo, subsídios para importantes investigações que tenham como objeto o patrimônio documental e cultural brasileiro.

Palavras-chave: descrição arquivística, acervo fotográfico, arquivo pessoal.

¹ Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES, Brasil.

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, Serra/ES, Brasil.

1. Acervo fotográfico Max Mauro

Em 1990, com recursos próprios, o ex-governador Max Mauro deu início a organização de seu acervo pessoal de documentos pessoais com aproximadamente 80 metros lineares de documentos de caráter privado e particular de sua trajetória e de seu pai, Saturnino Rangel Mauro. A grande parte do material tem como suporte principal o papel, mas há também quadros, fotografias, cartazes, rolos de filme, medalhas, flâmulas de tecido, entre outros.

A partir desse trabalho de organização de iniciativa de Max Mauro, surgiu, portanto, o Centro de Memória Saturnino Rangel Mauro, cujos debruçam-se no tratamento do acervo iconográfico, que possui mais de 11.000 fotografias. No ano de 2019, com recursos do Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo (Funcultura), o acervo recebeu tratamento visando a adequação a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), digitalização e disponibilização do acervo digital pelo site do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES).

As imagens, além de mostrarem um pouco das cidades do Estado do Espírito Santo, demonstram cotidiano e o estilo da política no período em que Saturnino Rangel Mauro e Max Freitas Mauro estiveram no cenário histórico do Estado (1930-1986). São inúmeras as imagens do governador em visita ao interior do Espírito Santo. Ali eles aparecem inaugurando obras, especialmente, escolas, maternidades, estações de tratamento de água e esgoto, construções e de outras tantas, visitando feiras e fazendo campanha política. Por meio da leitura desses vestígios é possível conhecer um pouco da realidade das cidades capixabas e do cotidiano político da época.

Dentre as fotos em que aparece Saturnino Rangel Mauro com diversas autoridades, destacamos algumas na companhia de Getúlio Vargas e Jones dos Santos Neves, entre outros. Por sinal, no acervo documental encontram-se mensagens trocadas entre Saturnino e Getúlio. As fotos retratam os ânimos da população nas ruas e nos prédios esperando a passagem das autoridades políticas.

Por fim, o acervo também conta com diversas fotos de cunho privado pelas quais se pode conhecer a vida empresarial e familiar da família Mauro e da sociedade em Vila Velha ao longo do século XX. O objetivo desse artigo é relatar a experiência e os

desafios metodológicos do projeto “Memórias Fotográficas: Tratamento e Digitalização do Acervo Fotográfico do ex-governador Max Mauro”, desenvolvido no ano de 2019 com seus resultados e análises arquivísticas.

2. Trajetória política da família Mauro no Espírito Santo

A história de Max Freitas Mauro e a de sua família se confundem com a trajetória do Estado do Espírito Santo durante boa parte do século XX e chega ao século XXI com Max Filho, ex-deputado federal e ex-prefeito de Vila Velha e importante liderança do PSDB capixaba. Max Mauro é canela verde (nascido na cidade de Vila Velha-ES) e filho de um baiano que chegou ao Espírito Santo em 1926. Seus pais, Saturnino Rangel Mauro e Maria da Penha de Freitas Mauro, nascida em Vila Velha, o tiveram no dia 11 de março de 1937. A essa altura, durante a Era Vargas, seu pai já estava envolvido com a política e a representação de trabalhadores inicialmente como sindicalista, e havia sido vereador na Câmara de Vila Velha de 1935 a 1937, quando foi decretado o Estado Novo.

Saturnino nasceu em 1901, em Jaguaripe, na Bahia, e chegou ao Espírito Santo em 1926, a convite de um amigo e conterrâneo João Batista Ramos que viera para Vitória. Filho do imigrante italiano Francisco Mauro com a baiana Joana Rangel Mauro, possuía ensino fundamental incompleto e inicialmente, após sua chegada, trabalhou como braçal diarista nas obras de construção do cais do porto de Vitória.

No ano de sua chegada, o Estado do Espírito Santo era governado pelo progressista Florentino Avidos (1924-1928), que dentre outras obras trouxe da Alemanha as Cinco Pontes (inaugurada em 1928 e que recebeu o seu nome anos depois). No plano federal, nesse mesmo ano, assumiu o último governante do período da chamada República Velha, Washington Luís, que ficou conhecido pelo lema “governar é abrir estradas”, e acabou deposto pelo movimento liderado por Getulio Vargas em 1930.

Quando Saturnino chegou ao Espírito Santo, o Estado passava por um grande processo de expansão da sua infraestrutura. Não atuou como braçal durante muito tempo, pois seus anos na Lira Jaguaripense, orquestra filarmônica de sua cidade natal, e seus conhecimentos de música, logo permitiram a sua entrada no Exército. Assim, no

mesmo ano em que chegou a Vitória, foi para o 3º Batalhão de Caçadores, hoje 38º Batalhão de Infantaria, em Vila Velha, ingressando na banda de música do Exército, tocando o instrumento chamado bombardino. Posteriormente, ele instalou uma pensão na Prainha, região que se tornou o berço da vertente capixaba da família Freitas Mauro.

Diante da divisão de forças políticas em 1930 e por ocasião da revolução liderada por Getúlio Vargas, Saturnino foi convocado pelo Exército para se reapresentar e defender o Governo Federal, porém não compareceu. Fechou sua pensão e permaneceu em Vila Velha dando apoio aos getulistas. A partir daí, a família Mauro se inseriu na vida política do Espírito Santo, alinhada ao getulismo até a morte de Getúlio Vargas.

Saturnino participou da fundação da Sociedade Cooperativa dos Trabalhadores Sindicalizados de Vitória e foi escolhido, à unanimidade, pelos trabalhadores dessa organização, em 1940, como o primeiro membro para a Comissão do Salário Mínimo. Em 1941, foi nomeado vogal da Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho, representando os trabalhadores. Em 31 de outubro de 1945, com o fim do Estado Novo, e em virtude do apoio a Getúlio Vargas, Saturnino recebeu ordem de prisão e foi detido no 3º Batalhão de Caçadores.

Depois disso, Saturnino foi candidato a deputado estadual e eleito para a Assembleia Constituinte de 1947, com a bandeira da emancipação política de Vila Velha – que havia sido anexada à Capital, subordinada ao município de Vitória, e também do movimento sindical trabalhista. Nesse pleito, Saturnino apareceu como o mais votado do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) com 896 votos nominais, tendo como colega de bancada José Monteiro Peixoto. Nesse contexto, possuía ligação de amizade com Hermógenes Lima Fonseca e com Benjamim Campos, duas lideranças do PCB capixaba, e, quando o partido comunista foi colocado na ilegalidade com a cassação dessas duas lideranças populares, Saturnino colocou-se como interlocutor dos comunistas no Parlamento.

Saturnino tornou-se no Estado do Espírito Santo a vanguarda de Vargas, uma liderança política que tinha origens diretamente ligadas à classe trabalhadora. Foi eleito presidente do PTB, ainda em 1947, ano de fundação da sigla no Estado, e teve

decisiva participação na formalização do acordo do PTB com o PSD no Estado na eleição de 1950, quando o apoio de Vargas era disputado pelo PSD do candidato ao Governo Jones dos Santos Neves e pela UDN do candidato Afonso Schwab. Getulio veio ao Estado e realizou o histórico comício na sacada do Hotel Tabajara ao lado de Saturnino Mauro diante de uma multidão que se aglomerou na Praça Presidente Roosevelt, tendo de um lado a escadaria do Palácio Anchieta e do outro o cais do porto de Vitória. Foi quando anunciou o acordo formal PTB-PSD defendido por Saturnino e o apoio à candidatura Jones que acabou vitoriosa, da mesma forma que Getulio retornou pelo voto, nos braços do povo, ao Palácio do Catete, no Rio de Janeiro.



Max Freitas Mauro tinha dez anos de idade quando se iniciou na política ajudando o pai nas atividades de campanha, como é possível conferir na foto de capa deste projeto, onde ele aparece ao lado da pichação que havia feito num muro próximo de sua casa pedindo à população: “Votai em Saturnino Rangel Mauro”. Nesta campanha de Saturnino para deputado constituinte em 1947, ele saía em sua bicicleta e distribuía envelopes com as cédulas dos candidatos do PTB como previa a legislação eleitoral da época e visitava as casas dos correligionários indicados pelo pai. Desde a infância foi acostumado ao contato com o povo, tendo o getulismo como importante ingrediente da sua formação política. O comício da vitoriosa campanha de 1950 foi outro marco emocional em sua vocação para a vida pública, já que saiu da escola para assistir à recepção a Vargas, que saiu do aeroporto em carreta ao lado de Saturnino até o centro de Vitória.

Max afastou-se da vida política capixaba em 1955 para estudar Medicina na Universidade Federal da Bahia, em Salvador, e só retornou ao Espírito Santo em 1962. Ele ainda estava no estado quando o pai perdeu a prefeitura de Vila Velha por poucos votos para o médico Antônio Bezerra de Faria, da UDN, em 1954. Depois, seu pai, afastado da presidência do PTB em virtude do apoio a Jones Santos Neves para

governador em 1950 e desencantado com os rumos do PTB após o suicídio de Getúlio Vargas, naquele mesmo ano, Saturnino pouco a pouco afastou-se do PTB que ajudara a organizar no Estado. Enquanto Max estudava Medicina na Bahia, Saturnino apoiou a candidatura de Tuffy Nader pelo PSD para a Prefeitura de Vila Velha em 1958, em 1961, com a renúncia de Janio Quadros, Max juntou-se aos trabalhistas na Campanha da Legalidade liderada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, para garantir a posse na Presidência da República do vice- presidente eleito João Goulart (Jango).

Saturnino Mauro e Max Mauro atuaram diretamente de forma pioneira na organização dos movimentos comunitários de Vila Velha, inicialmente com a fundação da Associação de Moradores de Jardim Marilândia em 1967. Pai e filho atuaram em parceria com José Silvério Machado, antigo líder sindical aposentado conhecido como Corró, que tinha sido companheiro de Saturnino no Sindicato dos Ferroviários e havia se mudado para o bairro, construído em cima de um brejo às margens da Rodovia Carlos Lindenberg. Essa associação foi precursora de outras associações de moradores fundadas nos bairros Alecrim, Cobilândia, Vila Garrido, e depois em sucessão se espalharam pelos bairros de Vila Velha, mesmo diante da resistência dos militares que haviam tomado o poder no país e reprimiam a organização popular.

Depois que o regime militar aboliu os partidos políticos criados antes de 1964, impondo o bipartidarismo com o Ato Institucional nº 2, Max e Saturnino participaram do grupo político que fundou a seção capixaba do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em oposição ao partido governista Aliança Renovadora Nacional (Arena). Com sua atuação como médico humanitário que atendia gratuitamente e como líder político do MDB, Max organizou diretórios distritais e até paroquiais nos bairros de Vila Velha. Nesse contexto ditatorial, a tradição oposicionista dentro do município e seu trabalho na organização dos movimentos sociais foram fatores decisivos para a eleição de Max Mauro, em 1970, como prefeito do município de Vila Velha com 70% dos votos válidos (29.997 sufrágios), na maior vitória oposicionista no Espírito Santo naquele pleito, realizado em plena vigência do Ato Institucional nº 5 (AI-5), editado

em 13 de dezembro de 1968, que havia fechado o Congresso, suspenso os direitos e garantias individuais dos cidadãos, e inclusive, o habeas corpus.

A vitória de Max Mauro para a prefeitura de Vila Velha com 70% dos votos no maior colégio eleitoral do Estado foi considerada o resultado mais expressivo da oposição no Espírito Santo, juntamente com a eleição de Helio Carlos Manhães para a prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim. Os dois municípios ficaram marcados como redutos de resistência à ditadura no Estado do Espírito Santo.

A administração de Max Mauro em Vila Velha de 1971 a 1973 se pautou pela proximidade com o movimento social – sobretudo as associações de moradores de Vila Velha – e com a identificação política com o trabalhismo que contribuiu, por meio de suas lideranças que ingressaram no MDB, na definição do programa político desse partido, de conexão direta com o ideário trabalhista. Outra marca de sua administração foi o recadastramento imobiliário do município, uma vez que o mandato tampão de dois anos adotado pela ditadura para evitar a coincidência de eleições, impediu maiores realizações na área da infraestrutura. Outra marca política foi a concentração oposicionista no Cine Don Marcos, na praça frontal à prefeitura, em 1972, com a presença do presidente nacional do MDB, Ulysses Guimarães, do senador Nelson Carneiro, do Rio de Janeiro, e das principais lideranças do partido no Estado, fato que teve repercussão na imprensa nacional devido às críticas de Ulysses ao forte aparato repressivo mobilizado para tentar impedir o encontro.

Na luta contra o arbítrio e fiel à tradição trabalhista, o mandato de Max foi marcado pela defesa da liberdade política e dos direitos sociais. Com essa plataforma e com intensa oposição ao Executivo estadual foi eleito em 1978 para o mandato de deputado federal pelo MDB para a legislatura 1979-1983, como mais votado naquele pleito com 54.012 votos.

Max e demais lideranças do “grupo autêntico” foram fundadores do PMDB em torno da liderança do deputado Ulysses Guimarães, mas precisaram conviver com muitas lideranças egressas da Arena, como Gerson Camata, José Moraes, João Calmon, dentre outros, que se aliaram às correntes moderadas que integravam a frente progressista que caracterizava o MDB. Além do conflito no âmbito do mesmo campo ideológico, Max enfrentou oposição sistemática por parte da direita capixaba, a mesma

que deu sustentação política à ditadura militar. Assim, Max teve que se confrontar com conflitos oriundos dos diversos campos políticos, de partidos de esquerda e também da direita política, localizada dentro e fora de seu partido.

Para a Câmara Federal, Max Mauro voltou a ser o candidato mais votado com 87.042 votos, puxando a bancada do PMDB que também elegeu Helio Carlos Manhães (68.187), Nyder Barbosa de Menezes (49.826), Myrthes Bevilacqua (46.604) e Wilson Haese (41.960); pelo PDS o mais votado foi Theodorico Ferraço (68.187), seguido por Pedro Ceolin (37.696), Stelio Dias (37.253) e José Carlos da Fonseca (36.567). Na Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES), o PMDB assegurou uma ampla maioria com 16 dos 27 deputados estaduais.

Max insistiu, foi vitorioso na pré-convenção e na convenção oficial e saiu candidato a governador pelo PMDB em 1986. O empresário Camilo Cola havia entrado no PMDB através do presidente José Sarney, a quem expressou seu desejo de concorrer novamente ao Senado, já que em 1982 havia sido o mais votado para o Senado pelo PDS, perdendo na soma das sublegendas. Sarney mandou que Camilo procurasse o governador Camata, e este o orientou a procurar o diretório de Cachoeiro de Itapemirim, onde as principais lideranças eram Gilson Carone e Roberto Valadão, além de o deputado federal Max Mauro em Vila Velha e o presidente da Executiva estadual, Sergio Ceoto.

A bandeira do desenvolvimento social foi uma constante na campanha e apresentada como objetivo maior da administração de Max. Na mensagem de posse, Max anunciou que iria fazer um governo “voltado para os problemas sociais que afligem nosso povo, como consequência da perversa política de concentração de renda, praticada pelo autoritarismo ao longo de longos anos em nosso país”.

Em seu governo a direita política capixaba formou uma dura oposição cuja raiz se encontrava em um grupo que se dizia suprapartidário e que ganhou destaque depois no governo Albuíno Azeredo, que fora secretário de Planejamento na segunda metade do governo Max e acabou conseguindo apoio de grande número de prefeitos para se tornar o candidato à sucessão pelo PDT. Max ficou sem opção de candidatura no PMDB depois que o nome de sua preferência o deputado federal Helio Carlos Manhães – sofreu um aneurisma em 1990 e ficou meses internado em Brasília e São

Paulo, licenciando-se do mandato. Assim, mesmo concluindo o governo com 80 por cento de aprovação nas pesquisas, Max teve que deixar o PMDB, ficando sem partido até o último dia do mandato.

Na década de 90 fechou-se este ciclo familiar de conexão direta com o trabalhismo mesmo depois de Max e seu filho terem sido recebidos nos quadros do Partido Democrático Trabalhista (PDT) com grande apreço pelo fundador e maior herdeiro da tradição getulista ao fim da ditadura militar (1964-1985), o gaúcho Leonel de Moura Brizola. Albuíno, em seu governo, afastou paulatinamente Max Mauro e todos os “maxistas” de sua gestão, embora este tenha sido o principal fiador da campanha e de sua eleição. Enquanto isso, o grupo aliado de Camata permaneceu no controle da Assembleia Legislativa e com influência sobre cargos importantes no Poder Executivo. Camata conseguiu se manter forte na política capixaba enquanto que Max Mauro perdeu a influência que possuía dentro do PMDB e do PDT.

Max filiou-se ao nanico Partido da Mobilização Nacional (PMN) em 1994 quando novamente disputou o cargo de governador do Estado, com pouco mais de 13% dos votos válidos, em terceiro lugar na disputa, pouco à frente de Rose de Freitas, deputada federal que havia saído do PMDB para ajudar a fundar o PSDB capixaba, e mais de cento e cinquenta mil votos abaixo do segundo colocado, Cabo Camata que foi para o segundo turno e foi vencido pelo petista Vítor Buaiz, primeiro governador do PT no país, que ganhou o apoio de Max e Rose na segunda votação. Para o grupo do governador Albuíno Azeredo, assim como para o senador Gérson Camata, era interessante sepultar “definitivamente” o ex-governador. Assim, em diálogo teriam sugerido: “que tal levar Max a perder até daquele ex-cabo da Polícia militar, que sequer sabe falar direito?”.

Na eleição de 1998, Max retornou ao PTB para uma última vitória eleitoral, revivendo os idos de 1947 quando seu pai havia presidido o partido fundado por Getúlio Vargas no Espírito Santo. Candidato à Câmara Federal foi o mais votado na bancada trabalhista que elegeu outros dois deputados, obtendo 59.706 votos. Para a Assembleia Legislativa, Max Mauro Filho foi o deputado estadual mais votado, obtendo 38.610 votos, o que o credenciou a ser eleito prefeito de Vila Velha na eleição de 2000. Na eleição majoritária para governador, Albuíno Azeredo (PDT) sofreu uma

humilhante derrota para José Ignácio Ferreira, que conquistou 723.853 votos (61,29%) contra 162.109 (13,73%) do adversário.

Max Mauro confrontou interesses de poderosos políticos e alguns empresários do Espírito Santo, impôs às elites capixabas a dura realidade de ser governada por um filho de um sindicalista, eleito com amplo apoio de movimentos populares e de setores de esquerda. Max é um conhecedor como poucos dos principais eventos da história do Brasil. Tivemos a oportunidade de ter memoráveis conversas para produção de dissertação de mestrado – “Agora é Max. A trajetória política de Max Freitas Mauro (1970-1990)”, disponível para leitura no repositório do PPGHIS-UFES – e por conta do projeto “Memórias Fotográficas: Tratamento e Digitalização do Acervo Fotográfico do ex-governador Max Mauro” e nessas ocasiões observamos sua memória admirável.

Além de ser um portador da memória privilegiada para os estudiosos da história do Brasil, Max Freitas Mauro é uma pessoa que demonstra seu apreço pela história por meio do cuidado que tem com documentos (fotografias, cartas, telegramas etc.) valiosíssimos para a compreensão de nosso passado e de nosso presente.

Estudar acontecimentos específicos de nosso estado pode parecer provincianismo aos olhos de historiadores que estejam voltados exclusivamente para a Europa, com inclinação para ver em acontecimentos como a cavalaria medieval maior relevância. Porém, não estudamos e pesquisamos a história com o simples objetivo de divertir leitores interessados pelo passado. Esse contexto em que a direita capixaba e brasileira apoiou um candidato que despreza os direitos humanos permite compreender elementos do Brasil do século XXI que vê novamente com alerta o crescimento do fascismo.

Conhecer a trajetória de Max Freitas Mauro e de seu pai Saturnino Rangel Mauro é vivenciar os principais eventos políticos da segunda metade do século XX. Com a iconografia que eles produziram o leitor poderá compreender o que fez deles importantes atores políticos do século XX. Suas vidas coincidem com os rumos tomados pela sociedade brasileira nas tentativas de superação de dois grandes problemas que os capixabas e os brasileiros, enfim, nós latinoamericanos ainda temos que enfrentar: o autoritarismo e a desigualdade social.

Por fim, com a publicação desse acervo, o projeto contribui para ampliar o conhecimento de nossa história por meio de uma fonte histórica que guarda consigo o poder de “parar o tempo”. Nele sentimos viva a memória da luta dos trabalhadores por justiça social. Vemos o povo como sujeito político. Com os disparos produzidos pelas câmeras fotográficas conduzidas pelos olhares dos fotógrafos que deixaram seus registros guardados no acervo de Max Mauro, mergulhamos ainda mais em nossa história. Esse acervo imagético, agora apresentado ao público, está à disposição para historiadores e demais interessados em seu conteúdo do patrimônio cultural capixaba.

3. Patrimônio fotográfico e o acervo pessoal

Os critérios para fundos não corporativos de pessoas e de famílias têm sido raramente trabalhado na literatura arquivística. Isso acontece talvez porque a questão parece ser tão evidente que não é preciso dizer nada (Cook, 2017). Relativamente em comparação com fundos criados por entidades coletivas, isso pode ser verdade, mas não em termos absolutos. Arquivos não são coleções artificiais adquiridas, arranjadas e descritas inicialmente por tema, local ou tempo, e sim em uma relação contextual, orgânica e natural com sua entidade produtora e com os atos de sua produção.

Consideramos aqui os arquivos pessoais como “o conjunto de documentos e registros que produzimos, acumulamos e guardamos, sobre todos os aspectos de nossas vidas (...)” (Silva, 2017, p.7), sejam eles no âmbito doméstico, familiar ou profissional. Esses arquivos apresentam peculiaridades e desafios aos profissionais que são bem distintos dos arquivos institucionais, como bem apresenta Silva (2017).

Um dos grandes desafios é o de liberdade de formação por parte de seus produtores, sendo que fica ao livre arbítrio a decisão do que guardar, sempre baseado em critérios (na maioria dos casos) mais emotivos do que técnico, seja na liberdade de acumulação, organização e seleção. No caso do acervo em questão, o mesmo foi organizado e trabalhado com princípios arquivísticos possibilitando um arranjo lógico e funcional. Os fotógrafos que atuaram junto as gestões do Max Mauro tiveram uma preocupação de identificação e descrição das coberturas fotográficas dos eventos registrados do ex-governador.

Importante tentarmos aqui estabelecer a diferença entre fundo e coleção visando um melhor entendimento de nosso trabalho arquivístico. No caso, da coleção estamos diante de um ato voluntário. A partir de alguns critérios geralmente pré-estabelecidos, uma pessoa ou instituição decide criar, por vontade própria, uma coleção para uso e desfrute pessoal ou coletivo. Além disso, no caso específico das fotografias, o conjunto reunido é composto por muitos autores diferentes que podem vir de diferentes procedências, o que nos leva a um conjunto documental sem organicidade, ou seja, não existe uma relação natural entre os documentos do arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora.

Por outro lado, o fundo fotográfico vem de um ato inevitável. Espontaneamente e como resultado da atividade, profissional ou amador, do seu criador, é produzido um conjunto de documentos fotográficos que de maneira acumulativa geram um arquivo. Geralmente resultantes do trabalho de um fotógrafo profissional, uma família ou uma empresa fotográfica (Boadas i Raset, 2016).

Trabalhamos na perspectiva metodológica de manter os documentos dentro das séries e dossiês que permitam refletir as relações orgânicas, funcionais e estruturais das atividades do ex-governador, mantendo sua gênese documental, incluindo os conceitos de contextualização de gênese documental, histórica e política dentro da vida pública e privada do seu produtor. O instrumento de pesquisa elaborado por uma abordagem arquivística foi tratado segundo sua proveniência visando contemplar a vida desses documentos na representatividade da vida pública e política de seus titulares.

Patrimônio fotográfico é, em nossa análise, a ideia geral de organização, guarda, preservação e possível divulgação de acervos fotográficos que compreendem também os objetos, incluindo materiais relacionados às indústrias fotográficas, tais como publicações, fotografias, cartazes, materiais publicitários, manuscritos e várias criações, entre as quais estão equipamentos técnicos e conceitos como a perpetuação de técnicas e ambientes caídas em desuso associado à reprodução e apresentação desses meios. Incluímos ainda nesse entendimento acervos fotográficos pessoais, profissionais e institucionais e sua importância social, industrial, cultural, artística, histórico e/ou documental.

Em conclusão, portanto, os critérios para definir um fundo envolvem duas questões: um produtor definido (entidade coletiva ou pessoa) e um sistema de arquivamento de documentos relacionados. Se ambos existirem independentemente e demonstrarem alguma continuidade ao longo do tempo, então todo o acúmulo físico de documentos resultante daquele produtor (como séries, dossiês/processos e/ou itens) pode ser identificado como um fundo (Cook, 2017).

Arquivos Pessoais são conjuntos documentais, de origem privada, acumulados por pessoas físicas e que se relacionam de alguma forma às atividades desenvolvidas e aos interesses cultivados por essas pessoas, ao longo de suas vidas. Essa acumulação resulta da seleção dos documentos a serem guardados, entre todos os papéis manuseados cotidianamente, e vai sendo feita ao longo do tempo. Muitas vezes, principalmente no caso de arquivos privados de pessoas públicas, essa seleção também é feita por auxiliares e, após a morte do titular do arquivo, por familiares e amigos.

Nessa perspectiva os arquivos pessoais e familiares das personalidades políticas de ex-governadores são de importante valor para o patrimônio documental devido as possibilidades da reconstituição da história e da memória do Espírito Santo e de grande valor para o patrimônio cultural brasileiro, pois resgatam as transformações e permanências que caracterizam a evolução do estado e da sociedade capixaba no tempo e no espaço.

Os arquivos pessoais constituem valiosas fontes de pesquisa, seja pela especificidade dos tipos documentais que os caracterizam, seja pela possibilidade que oferecem de complementar informações constantes em arquivos de natureza pública. O crescimento das pesquisas nas áreas de história da vida privada e história do cotidiano, bem como o interesse crescente pelas análises de tipo biográfico e pelas edições de correspondência escolhida, têm aumentado a procura por este tipo de fonte, chamando atenção para a importância de sua preservação, organização e abertura à consulta pública (CPDOC, 2019).

Na busca da organização da informação para disponibilizar o patrimônio documental em questão decidimos por uma visão abrangente da descrição arquivística, sendo assim optamos por elaborar o catálogo *Patrimônio fotográfico: catálogo do acervo pessoal do ex-governador Max Freitas Mauro* e disponibilizar as imagens pela

plataforma do AtoM do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, doando uma matriz digital para a instituição visando a difusão da informação e a construção do conhecimento referente ao Espírito Santo.

Trabalhamos com a perspectiva dada por Michael Cook, em seu livro *Information Management and Archival Data*, onde a descrição tem como base a teoria da representação compreendendo que enquanto os arquivos originais devem ser necessariamente armazenados na estante numa determinada ordem e localização física (normalmente em embalagens fechadas), as representações dos originais podem ser multiplicadas e armazenadas em qualquer ordem e em qualquer lugar que seja considerado útil, ou seja, acessível ao usuário (para os mais diversos usos: educacional, curiosidade, cultural, para criar outros produtos, publicidade etc).

A descrição arquivística é a elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu (Conselho, 2000).

Somente a descrição arquivística garante a compreensão ampla do conteúdo de um acervo, possibilitando tanto o conhecimento como a localização dos documentos que o integram. Sem a descrição, corre-se o risco de criar uma situação semelhante à do analfabeto diante de um livro, que ele pode pegar e folhear, mas ao qual não pode ter acesso completo por não possuir meios que lhe permitam compreender a informação (Lopez, 2002).

O acervo fotográfico do arquivo pessoal do ex-governador Max Freitas Mauro é composto por aproximadamente 9.500 imagens, divididas em dois Fundos (Max Freitas Mauro e Saturnino Rangel Mauro) que retratam a história política, econômica e social do Espírito Santo, no período compreendido entre 1925 e 2008, como também documentam os fatos relacionados a eventos, solenidades, inaugurações, exposições e acontecimentos relacionados à diversas cidades no Espírito Santo.

A descrição e o tratamento do acervo foram realizados por uma equipe multidisciplinar com base na NOBRADE e a digitalização das imagens seguiu as

Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

4. Elaboração do catálogo e o trabalho de descrição arquivística

A publicação deste catálogo faz parte de um projeto financiado pelo Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo (FUNCULTURA), cujos recursos visam a incentivar a formação e a fomentar a criação, a produção e a distribuição de produtos e serviços que usem o conhecimento, a criatividade e o capital intelectual como principais recursos produtivos, tornando a atividade cultural uma importante estratégia nos programas de desenvolvimento do Estado do Espírito Santo. Nesse contexto, o projeto intitulado “Memórias Fotográficas: tratamento e digitalização do acervo fotográfico do ex-governador Max Mauro” foi contemplado pelo edital nº 014/2018, que atende a projetos culturais e concessão de prêmio para inventário, conservação e reprodução de acervos no estado.

O acervo fotográfico composto por mais de 9 mil fotografias contempla a trajetória política do ex-governador Max Freitas Mauro e seu pai Saturnino Rangel Mauro. Recebeu a adequação da descrição arquivística pela NOBRADE e a sua digitalização atendendo as Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes do CONARQ. Após esse tratamento o mesmo foi disponibilizado no site do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo que recebeu uma matriz digital para consulta dos pesquisadores no local. O projeto ainda realizou entre seus produtos oficinas de capacitação técnica, exposição fotográfica, palestra e lançamento do catálogo.

A relevância deste projeto justifica-se pela importância de uma política de descrição no país a respeito de arquivos históricos, pois a produção de instrumentos de pesquisa bem planejados e elaborados oferecem condições aos pesquisadores de melhor orientar sua pesquisa, ampliando as possibilidades de documentos a serem consultados. Igualmente, possibilita as instituições custodiadoras a divulgarem a documentação e a preservá-la, uma vez que, em muitos casos, reduz seu manuseio. O crescimento das pesquisas nas áreas de história da vida privada e história do cotidiano,

bem como o interesse crescente pelas análises de tipo biográfico e pelas edições de correspondência escolhida, têm aumentado a procura por este tipo de fonte, chamando atenção para a importância de sua preservação, organização e abertura à consulta pública.

A descrição arquivística é a atividade que permite a compreensão ampla do conteúdo do documento, possibilitando tanto o conhecimento como a localização dos documentos que o integram, o seu contexto de produção e arquivístico. As vantagens de uma atividade de descrição constante e eficiente são: conservação dos fundos, facilidade de acesso aos documentos, favorecimento do controle por parte do arquivista, economia nas horas de trabalho do pesquisador, redução do desnível entre a demanda dos pesquisadores e a oferta da instituição, e agilização na administração da instituição custodiadora.

O catálogo é instrumento de pesquisa em que a descrição exhaustiva ou parcial de um fundo ou de uma ou mais de suas subdivisões toma por unidade a peça documental, respeitando ou não a ordem de classificação. A metodologia aplicada à realização deste trabalho seguiu as recomendações e as normas estabelecidas pelo CONARQ, que é o órgão central do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), do qual o APEES faz parte e que irá receber o acervo digital desse trabalho para compor seu acervo.

Importante destacar que em comum acordo com o proprietário do acervo, o ex-governador Max Freitas Mauro, está sendo realizada a solicitação junto ao Conselho Estadual de Cultura do Espírito Santo para o tombamento do conjunto documental como de interesse público e social do patrimônio cultural capixaba. Em virtude de conterem informações fundamentais para a recuperação da memória ou para o desenvolvimento da pesquisa histórica, científica ou tecnológica do estado, alguns arquivos pessoais podem ser considerados como “de interesse público e social”, por meio de dispositivo legal e assim receberem proteção legal do estado impedindo que venham a ser destruídos, dispersados ou descaracterizados no futuro.

O processo de digitalização do acervo acompanhou as Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes no que diz respeito a aspectos gerais para segurança, armazenamento e preservação dos representantes digitais. As

vantagens e a importância da digitalização do acervo fotográfico são a de contribuir para o amplo acesso e disseminação dos documentos, pois permitirá o intercâmbio do acervo e de seu instrumento de pesquisa por meio de redes informatizadas, promoverá a difusão e reprodução do acervo, além de incrementar a preservação e segurança dos documentos arquivísticos originais que estão em outros suportes não digitais, por restringir seu manuseio.

A digitalização do acervo se baseou na linha reprodução/consulta/web, embora foi reproduzido uma matriz de alta qualidade para usos em exposições, publicações para imprensa, cópia para pesquisadores e estudantes. A imagem digital em arquivos e centros de documentações apontam para dois objetivos muito generalizados: o acesso e a preservação. (Franch, 2004, p.7). Nunca é demais destacar que a digitalização não permite a substituição do original, entendido como um objeto tridimensional, com uma estrutura morfológica e com um valor histórico que dá um valor único a cada objeto.



Gráfico 1 – Qualidades de digitalização em função das finalidades. (Franch, 2004).

No que diz respeito a difusão do acervo, além da produção do catálogo, da elaboração de uma exposição, o mesmo estará disponível no AtoM do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. O AtoM é um aplicativo de descrição arquivística voltado para web, permitindo que as instituições possam disponibilizar seus acervos arquivísticos via internet. Esse aplicativo foi encomendado pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA) e abrange normas internacionais de descrição arquivística e pode ser acessado no site da instituição.

No que tange a organização do acervo optamos por manter a ordem original do fundo. Entendemos que essa opção garantiria o contexto do acervo ao mesmo tempo em que não comprometeria em nenhum momento a investigação, considerando que o

catálogo e a inserção no AtoM propiciam a identificação de interesse na pesquisa. Optamos por uma configuração lógica de forma que a classificação observou as unidades de descrição, ou seja, sobre os documentos (como entidades singulares ou coletivas) cuja individualidade se buscou recuperar a partir do contexto em que foram produzidos e acumulados.

Cada registro fotográfico foi codificado e descrito, contendo as informações necessárias à sua identificação e contextualização, tais como: o código identificador, título, data, nível de descrição, suporte, cromia, dimensão, estado de conservação, índice toponímico, índice onomástico e nome do produtor conforme a NOBRADE. Quando possível na descrição o fotógrafo foi devidamente indicado como autor.

Os documentos do Fundo Max Freitas Mauro foram divididos em dossiês, sendo que cada documento recebeu um código de referência da seguinte forma: BR ESAPEES MFM.POL.0001 - em que BR, corresponde ao país de origem (Brasil); ESAPEES é o Código de Entidade Custodiadora de Acervos Arquivísticos (CODEARQ) cadastrado junto ao CONARQ, nesse caso do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo que está recebendo o acervo; MFM é a abreviatura do nome do Fundo, no caso Max Freitas Mauro; enquanto que POL é do acervo político do produtor e 0001 é a sequência numérica dos dossiês. Os documentos do Fundo Saturnino Rangel Mauro estão divididos em 5 dössies, a saber: Juventude, Músico, Sindicalista, Político e Acadêmico e recebeu o código de referência conforme a inicial de cada dossiê da seguinte forma: BR ESAPEES SRM.JUV.01 - em que BR, corresponde ao país de origem (Brasil); ESAPEES é o CODEARQ, cadastrado junto ao CONARQ, nesse caso do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo que está recebendo o acervo; SRM é a abreviatura do nome do Fundo, no caso Saturnino Rangel Mauro; enquanto que 01 é a sequência numérica dos dossiês.

Optou-se por uma organização intelectual de dossiês por assuntos conforme a descrição original e que são referentes ao conjunto que refletem inaugurações, solenidades, convenções, visitas ao interior do estado, obras, campanhas e acontecimentos relacionados à vida pública e política do ex-governador Max Freitas Mauro e de seu pai Saturnino Rangel Mauro, de forma a atender os interessados na consulta ao acervo.

O projeto resultou em 1.248 descrições do fundo Max Freitas Mauro e 51 descrições do Fundo Saturnino Rangel Mauro. A digitalização de todo o material recebeu minucioso trabalho de identificação e adequação do acervo para inserção na plataforma do AtoM do APEES com uma dedicação de toda a equipe do projeto e seus colaboradores visando proporcionar a sociedade um amplo acesso a esse acervo. Destacamos mais uma vez que esse projeto só foi possível graças ao recurso disponibilizado pelo Funcultura, da Secretária de Estado da Cultura e esperamos que esse trabalho proporcione mais pesquisas e produtos culturais (livros, exposições, filmes, monografias etc.) no que diz respeito à história política, social e cultural do Espírito Santo.

Considerações Finais

Os arquivos pessoais em alguns casos possuem informações fundamentais para a recuperação da memória ou para o desenvolvimento da pesquisa histórica, científica ou tecnológica do país. Conhecer e identificar essa importante fonte documental pode resultar, na maioria das vezes, numa atividade complexa e de difícil desenvolvimento. Porém, identificar e proporcionar a difusão dos principais arquivos fotográficos, em nível local e nacional, propiciará, a médio e longo prazo, subsídios para importantes investigações que tenham como objeto o patrimônio documental e cultural brasileiro.

As fotografias que compõem o acervo, independentemente de suas qualidades estéticas ou cognitivas, têm como valor maior sua qualidade de patrimônio cultural e histórico do Espírito Santo. O desenvolvimento de uma metodologia descritiva e de tratamento adequado constitui uma condição *sin qua non* para aproximarmos a sociedade ao patrimônio documental. Porém, o tratamento é apenas uma parte do processo que se completa com a difusão. Nosso grande compromisso com a sociedade como mediadores culturais é dar a conhecer a memória e fazer que ganhe vida através de diversos produtos com um resultado atraente, divulgativo e de acesso universal.

Referências

BOADAS I RASET, Joan. *Un tiempo nuevo en la gestión del patrimonio fotográfico: desafíos y oportunidades*. Patrimonio cultural de España, n. 11, p. 17-36, 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. *NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes*. Abril 2010. 28 p. Disponível em: <www.conarq.arquivonacional.gov.br>. Acesso em: 24 set. 2019.

COOK, Michael. *Information management and archival data*. London: Library Association Publishing, 1993.

COOK, Terry. *O conceito de fundo arquivístico: teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.

CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *O que são arquivos pessoais*. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>>. Acesso em: 09 set. 2019.

FRANCH, David Iglésias. *La gestión de la imagen digital* [en línea]. "Hipertext.net", núm. 2, 2004. < https://www.upf.edu/hipertextnet/numero-2/imagen_digital.html >

LE MOS, Amarildo Mendes. *Agora é Max. A trajetória política de Max Freitas Mauro (1970-1990)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós- Graduação em História Social das Relações Políticas, Vitória, 2014.

LOPEZ, André Porto Ancona. *Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2002. Portal Câmara dos Deputados. Disponível em : <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

MALVERDES, André. *Patrimônio fotográfico: catálogo do acervo pessoal do ex-governador Max Freitas Mauro*. Vitória: AARQUES, 2019.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Os arquivos pessoais e os desafios para os arquivistas. In: *Archivos personales: experiencias de organización y gestión / coordinación general* de Noelia García; Maria Celina Soares de Mello e Silva - 1a ed. - Córdoba: Redes, 2017.